

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Na audição do passado dia 4 de setembro na Comissão Parlamentar de Economia, Inovação e Obras Públicas, o Presidente da CP informou os Deputados sobre o projeto de instalação, em Paços de Brandão, de um polo oficial da EMEF que permita a manutenção do material circulante em operação entre Espinho e Oliveira de Azeméis. Isto porque a empresa IP Infraestruturas de Portugal se prepara, segundo o Presidente da CP, para encerrar definitivamente o troço da Linha do Vale do Vouga entre as estações de Sernada do Vouga e Oliveira de Azeméis, e citamos, «para acabar com as marchas à vista». Este regime de “marcha à vista”, num troço muito degradado da linha, que não permite circular a mais de 10 km/h e que danifica o material circulante nas suas deslocações para manutenção, mantém-se há vários anos e permanece com a operação de transporte ferroviário suprimida, cortando a meio a Linha do Vale do Vouga.

Ora, a intenção agora anunciada, de “resolver” as dificuldades de circulação naquele troço da linha com o seu puro e simples encerramento, traduz uma opção política verdadeiramente inaceitável de aplicar a mesma cartilha de desmantelamento da ferrovia nacional, prosseguida por sucessivos governos durante décadas.

O PCP apresentou nesta Legislatura o Projeto de Resolução n.º 776/XIII/2, propondo a elaboração de um *Plano de Requalificação e Modernização da Linha do Vale do Vouga*, dando prioridade à ligação Sernada do Vouga-Oliveira de Azeméis. Essa Resolução foi aprovada sem votos contra, dando origem à Resolução da Assembleia da República n.º 236/2017, publicada a 19-10-2017. É de referir que a reabilitação do troço central permite evitar que a EMEF fique repartida por duas “micro oficinas”, permitindo, ao invés, que a manutenção do material circulante fique concentrada onde agora está, com os evidentes ganhos de escala e poupanças no custo operacional.

No entanto, a prioridade na requalificação e modernização, nas opções do Governo e da IP, parece afinal traduzir-se no encerramento definitivo deste troço.

Quando o que se exige é o investimento na reabilitação das infraestruturas e na modernização da ferrovia, desde logo pelo importante papel que a Linha do Vale do Vouga assume para as populações da região nas suas deslocações para o trabalho, o estudo, o lazer, é de uma enorme gravidade que agora o Governo se prepare para uma nova etapa da destruição da ferrovia, aplicando o mesmo método seguido pelo Governo PSD/Cavaco Silva na Linha do Tua (de igual modo uma linha de bitola métrica, vulgo “via estreita”, com o encerramento iniciado num troço a meio da linha para depois, passo a passo, desaparecer, num processo concluído pelo Governo PS/Sócrates).

Assim, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição e nos termos e para os efeitos do artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, solicitamos ao Governo os seguintes esclarecimentos:

1. O Governo confirma que está planeado o encerramento definitivo do troço da Linha do Vale do Vouga entre Sernada do Vouga e Oliveira de Azeméis, ao invés da sua requalificação no sentido da reabertura ?
2. O Governo permanece indiferente às propostas aprovadas na Assembleia da República, sem votos contra, no sentido da Requalificação e Modernização da Linha do Vale do Vouga?
3. Confirma-se que a renovação da via, para este troço que se devia requalificar e que agora tem afinal o seu encerramento anunciado, teria um custo que poderia situar-se cerca dos nove ou dez milhões de euros – assim permitindo a ligação direta e plena em toda a Linha, de Aveiro a Espinho? Confirma-se que esse custo poderia ser ainda menor, se a IP recorresse a material que tem ficado disponível com recentes intervenções na infraestrutura ferroviária?
4. O Governo tenciona tomar medidas concretas para travar este encerramento ou, pelo contrário, pretende juntar-se à infame sucessão de governos que foram desmantelando parcelas da ferrovia nacional?

Palácio de São Bento, 6 de setembro de 2018

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)

DIANA FERREIRA(PCP)